



**Comissão Mista de Reavaliação de Informações**

**149ª Reunião Ordinária**

Decisão CMRI nº 486/2025/CMRI/CC/PR

**NUP: 02303.005844-2025-24**

**Requerente: 000098**

**Órgão: IBAMA – INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**

**RESUMO DO PEDIDO**

O requerente solicitou acesso aos seguintes documentos sobre os critérios adotados para a análise do licenciamento ambiental na Foz do Amazonas:

1. Notas técnicas, normativas internas e documentos administrativos que definem os critérios para avaliação do licenciamento ambiental de exploração de petróleo na Foz do Amazonas.
2. Relatórios de auditoria, revisões internas ou documentos de controle sobre a conformidade do processo de licenciamento com as diretrizes técnicas estabelecidas pelo Ibama.
3. Correspondências institucionais, ofícios e memorandos entre o Ibama, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério de Minas e Energia que discutem a aplicação dos critérios técnicos para esse licenciamento.
4. Cópias de versões anteriores e atuais dos requisitos técnicos exigidos, detalhando eventuais modificações desde janeiro de 2023 até a data mais recente disponível.

*Caso algum documento esteja sob sigilo, solicito a justificativa legal correspondente conforme a Lei de Acesso à Informação. Solicito que os arquivos sejam fornecidos em formato digital.*

**RESPOSTA DO ÓRGÃO REQUERIDO**

O órgão informou que os documentos solicitados se encontram disponíveis no Processo Administrativo nº 02022.000336/2014-53, referente ao licenciamento ambiental para perfuração marítima no bloco FZA-M-59, na Bacia da Foz do Amazonas. Também informou que para acesso à íntegra do processo, é necessário seguir as orientações constantes no link <https://www.gov.br/ibama/pt-br/acesso-a-informacao/lei-de-acesso-a-informacao/normas-do-ibama-para-pedido-de-vista-e-copia-de-documentos>. Esclareceu, ainda, que após o cumprimento das instruções, o acesso integral aos documentos seria disponibilizado por meio de link do SEI encaminhado ao e-mail do solicitante.

**RECURSO EM 1ª INSTÂNCIA**

O requerente alegou que suas solicitações não foram atendidas e argumentou, em seus termos, que o pedido está amparado pela LAI, apontando que o Ibama estaria descumprindo a referida norma. Posteriormente reiterou seu pedido inicial.

**RESPOSTA DO ÓRGÃO AO RECURSO EM 1ª INSTÂNCIA**

O órgão ressaltou que não houve negativa de acesso à informação, mas sim a indicação do local onde os

dados estão disponíveis. Informou que, como o requerente optou por preservar sua identidade, não foi possível conceder acesso externo diretamente em resposta ao pedido. No entanto, foram fornecidas instruções para que o próprio requerente pudesse acessar os documentos, conforme previsto no parágrafo único do art. 13 do Decreto nº 7.724/2012, que considera válida a resposta que indica o local onde as informações estão disponíveis. Por fim, disponibilizou os contatos da área técnica responsável.

## **RECURSO EM 2ª INSTÂNCIA**

O requerente alegou que suas solicitações não foram atendidas e argumentou, em seus termos, sua discordância com a decisão da instância anterior. Também pontuou que seu pedido está amparado pela LAI e reiterou seu pedido inicial. Complementarmente, requereu que eventuais informações classificadas como sigilosas sejam acompanhadas da devida justificativa legal, com indicação do prazo de sigilo e da autoridade classificadora, conforme o art. 7º, §2º, da LAI. Solicitou que os documentos sejam fornecidos em formato digital, sem necessidade de identificação adicional, nos termos do art. 10, §1º, da mesma lei.

## **RESPOSTA DO ÓRGÃO AO RECURSO EM 2ª INSTÂNCIA**

O órgão alegou que não houve negativa de acesso à informação, pois considerou que a área técnica apresentou orientações sobre como o requerente poderia realizar as consultas e pesquisas necessárias para obter os dados desejados, em conformidade com LAI. Complementarmente, inseriu Nota Informativa abordando as tentativas sem sucesso de gerar arquivo em PDF do processo nº 02022.000336/2014-53, em razão da extensão do tamanho do documento. Sugeriu, ainda, que o requerente criasse um e-mail alternativo, o que permitiria preservar o anonimato e viabilizar o envio do link de acesso ao processo via SEI. Informou que parte dos documentos já se encontrava disponível para consulta, tendo indicado o link correspondente e instruído o passo a passo para acesso. Relatou, também, a possibilidade de consulta presencial ao processo, caso o requerente tivesse interesse. Diante dessas informações, decidiu pelo não conhecimento do recurso, sob o argumento de que não houve negativa de acesso, mas sim a orientação sobre como obter os dados solicitados.

## **RECURSO À CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)**

O requerente apresentou recurso à CGU alegando que sua solicitação não foi atendida e que houve violação à Lei de Acesso à Informação (LAI). Argumentou que o sistema SEI possui funcionalidades que permitem a disponibilização dos documentos solicitados, como exportação individual em PDF, geração de link público sem necessidade de login, exportação em bloco e módulo de disponibilização externa, o que tornaria tecnicamente viável o atendimento ao pedido original. Alegou que a justificativa apresentada pelo órgão, baseada em “limitada capacidade operacional do sistema”, seria inconsistente com as funcionalidades disponíveis, evidenciando, segundo seus termos, desconhecimento técnico ou má-fé administrativa. Reforçou que o condicionamento do acesso à identificação do solicitante viola o direito ao anonimato, garantido pelo art. 10 da LAI, e que o IBAMA teria criado barreiras burocráticas indevidas. Discorreu sobre os impactos da negativa de acesso na participação social e no controle da administração pública, apontando contradições nas respostas do órgão e a violação de diversos princípios administrativos. Reiterou o pedido inicial e solicitou que a CGU determine ao IBAMA o fornecimento dos documentos solicitados sem exigência de identificação adicional, conforme o art. 10, §1º, da LAI. Requereu que, caso alguma informação seja classificada como sigilosa, o IBAMA seja obrigado a indicar o fundamento legal, o prazo de sigilo e a autoridade classificadora, bem como fornecer a parte não sigilosa, nos termos do art. 7º, §2º, da LAI. Solicitou, ainda, que a CGU recomende ao IBAMA a revisão de seus procedimentos internos para garantir o respeito ao direito ao anonimato e evitar barreiras indevidas ao exercício do direito de acesso à informação. Requereu que a CGU avalie a conduta dos agentes públicos envolvidos, conforme o art. 32 da LAI, e determine ao IBAMA a implementação de procedimentos específicos para garantir o acesso a documentos relativos a licenciamentos ambientais de grande impacto, como o da Foz do Amazonas. Por fim, solicitou que a CGU notifique o Ministério Público Federal, nos termos do art. 27 do Decreto nº 7.724/2012, e recomende a capacitação dos servidores do IBAMA sobre a LAI, com ênfase nas garantias de anonimato, no princípio da máxima divulgação e nos procedimentos de segregação de informações sigilosas.

## **ANÁLISE DA CGU**

A CGU fez análise conjunta dos recursos referente aos pedidos de acesso à informação registrados de NUPs

02303.005843/2025-80, 02303.005842/2025-35 e 02303.005844/2025-24, todos relacionados ao licenciamento ambiental de exploração petrolífera na Foz do Amazonas. Considerando que o Processo Administrativo nº 02022.000336/2014-53 é público e já havia sido fornecido em outros pedidos, a CGU apresentou ao Ibama alternativas técnicas para viabilizar o atendimento, como a geração de link direto sem identificação do solicitante e a disponibilização do processo em partes, por meio de arquivos segmentados. No mérito, a CGU destacou que as exigências impostas pelo órgão, como a criação de conta de e-mail ou cadastro no SEI, vulnerariam o direito à não identificação do solicitante, conforme previsto no parágrafo único do art. 12 do Decreto nº 7.724/2012. Ressaltou que limitações operacionais alegadas pelo Ibama não constituíam fundamento legal para o não fornecimento da informação, e que entraves técnicos deveriam ser superados proativamente, em respeito aos princípios da transparência e publicidade dos atos administrativos. Em resposta à CGU, o Ibama informou que havia gerado link de acesso à integralidade do Processo Administrativo nº 02022.000336/2014-53 e o encaminhou à CGU para que fosse disponibilizado ao requerente. A CGU, por sua vez, incluiu o referido link em seu parecer, permitindo o acesso externo ao inteiro teor do processo, que contém 1.090 documentos e permanece disponível até 29/05/2026. Diante do atendimento integral aos pedidos, a CGU concluiu pela perda de objeto dos recursos interpostos nos processos NUP 02303.005843/2025-80, 02303.005842/2025-35 e 02303.005844/2025-24, recomendando que fossem declarados extintos, nos termos do art. 52 da Lei nº 9.784/1999.

### **DECISÃO DA CGU**

A CGU decidiu pela perda do objeto dos recursos, declarando-os extintos nos termos do artigo 52 da Lei nº 9.784/1999, uma vez que o Ibama disponibilizou, previamente ao julgamento dos recursos de 3ª Instância, *link* de acesso ao inteiro teor do Processo Administrativo NUP 02022.000336/2014-53.

### **RECURSO À COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES (CMRI)**

O requerente interpôs recurso contra a decisão que declarou a perda de objeto, alegando que a solicitação permanece válida e necessária. Argumentou que o IBAMA não forneceu os documentos solicitados, limitando-se a indicar o processo administrativo no sistema SEI, sem disponibilizar diretamente os conteúdos requeridos. Reforçou que o pedido original é específico e delimitado. Contestou a exigência de cadastro no sistema SEI como condição para acesso, apontando violação ao direito ao anonimato previsto no art. 10, §7º da LAI. Alegou que o redirecionamento ao sistema externo impôs ônus indevido ao cidadão e contrariou o art. 11, §5º da LAI, que determina o fornecimento das informações em formato eletrônico acessível. Propôs, ainda, alternativas para o fornecimento das informações sem comprometimento do anonimato. Também sustentou que a decisão de perda de objeto foi inadequada, pois o direito de acesso à informação pública permanece íntegro e a necessidade de obtenção dos dados solicitados continua vigente. Requereu o provimento do recurso, com a determinação ao IBAMA para que forneça integralmente as informações solicitadas, em formato digital acessível, exclusivamente pela plataforma Fala.BR, e que seja estabelecido prazo específico para cumprimento, sob pena de responsabilização.

### **ADMISSIBILIDADE DO RECURSO**

Recurso não conhecido.

· art. 24 do Decreto nº 7.724/2012 c/c os arts. 19 e 20 da Resolução CMRI nº 6/2022.

### **ANÁLISE DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO**

Inicialmente, cabe pontuar que foi feita análise conjunta dos recursos em 4ª instância dos NUPs 02303.005842/2025-35, 02303.005844/2025-24 e 02303.005843/2025-80. Os recursos versaram sobre solicitação de documentos específicos relacionados ao processo de licenciamento ambiental para exploração petrolífera na Foz do Amazonas. O requerente alegou que houve falha na prestação informacional, tendo o IBAMA se limitado a indicar a existência de processo no SEI, sem disponibilizar diretamente os documentos solicitados. Cabe inicialmente pontuar que, em suas manifestações, o IBAMA esclareceu que os documentos estão integralmente reunidos no processo SEI nº 02022.000336/2014-53. Informou que não conseguiu inserir o processo em PDF na plataforma Fala.BR devido ao tamanho do arquivo e que, em razão do anonimato do requerente, não foi possível disponibilizar acesso direto ao SEI. Assim, no âmbito da 3ª instância recursal o órgão informou o link [https://sei.ibama.gov.br/processo\\_acesso\\_externo\\_consulta.php?](https://sei.ibama.gov.br/processo_acesso_externo_consulta.php?)

[id\\_acesso\\_externo=1861490&infra\\_hash=f63d4b11ddb51c71764d6d3f6737aa5f](#), de acesso integral ao referido processo SEI. Ao analisar o referido link, a CMRI verificou que o acesso ocorre de forma direta, sem necessidade de identificação pessoal do requerente. No caso em tela, o acesso à informação foi liberado pela IBAMA através de link externo sem exigência de e-mail, preservando o anonimato do requerente, permitindo que o próprio realize a filtragem dos documentos de seu interesse. Assim, a CMRI entende que não houve negativa de acesso, já que o requerente tem acesso aos dados “brutos” devendo ele mesmo realizar a organização dos documentos da forma que deseje.

#### DECISÃO DA CMRI

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, nos termos da Ata 149ª Reunião Ordinária, por unanimidade, não conhece do recurso, pois não foi verificada negativa de acesso à informação, nos termos do art. 24, do Decreto nº 7.724/2012 e os arts. 19 e 20 da Resolução CMRI nº 6/2022.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Helena Pontual Machado, Secretário(a)-Executivo(a) Adjunto(a)**, em 14/10/2025, às 18:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marco Aurélio de Andrade Lima, Chefe de Gabinete**, em 15/10/2025, às 12:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Míriam Barbuda Fernandes Chaves, Usuário Externo**, em 16/10/2025, às 12:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS AUGUSTO MOREIRA ARAUJO, Usuário Externo**, em 17/10/2025, às 11:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Luiz Mendes de Assis, Usuário Externo**, em 20/10/2025, às 10:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **PAULO ROCHA CYPRIANO, Usuário Externo**, em 29/10/2025, às 13:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **7030622** e o código CRC **B8B0C5CB** no site:  
[https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)